



DOSSIÊ: AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O DEBATE PÚBLICO SOBRE RAÇA

Notas preliminares sobre raça e religião nas Ciências Sociais e no Censo Brasileiro

Preliminary notes on race and religion in the Social Sciences and the Brazilian Census

Notas preliminares sobre raza y religión en las Ciencias Sociales y en el Censo brasileño

Eldaine de Campos

Gomes¹

orcid.org/0000-0001-5166-0496
edlaine.gomes@unirio.br

Wania Mesquita²

orcid.org/0000-0002-1816-106X
mesquita@uenf.br

Renato Dirk³

orcid.org/0000-0002-5932-8313
rcdirk@hotmail.com

Enviado em: 03 jul. 2025.

Aprovado em: 01 dez. 2025.

Publicado em: 20 maio. 2026.

Resumo: A articulação entre raça e religião configura-se como um tema emergente, cujas múltiplas dimensões carecem de aprofundamento no cenário político-religioso nacional. Há um conjunto de produções das Ciências Sociais que refletem sobre esse entrecruzamento. Pretende-se apresentar percursos analíticos que contribuam para o debate em torno dessa temática. Da mesma forma, nota-se que os Censos Demográficos brasileiros emergem como ferramentas fundamentais nessas análises, permitindo mapear raça e religião nos diferentes cenários sociopolítico-econômicos que caracterizam, em particular, os levantamentos de 2000, 2010 e 2022. O presente artigo propõe contribuir com essa discussão, analisando comparativamente os dados preliminares do Censo 2022 à luz dos dois levantamentos conforme abordagens prévias das Ciências Sociais.

Palavras-chave: Raça. Religião. Ciências Sociais. Censo brasileiro.

Abstract: The intersection of race and religion has emerged as a relevant topic whose multiple dimensions require deeper exploration within Brazil's political-religious landscape. A body of work in the Social Sciences reflects on this convergence. This article aims to present analytical pathways that contribute to the ongoing debate around this theme. Likewise, the Brazilian Demographic Censuses have proven to be essential tools in these analyses—not only for measuring religious phenomena but also for contextualizing the increasing complexity and diversification of the so-called "Brazilian religious field." These tools allow for mapping race and religion across various socio-political and economic contexts, particularly in the 2000, 2010, and 2022 surveys. This article seeks to contribute to this discussion by comparatively analyzing preliminary data from the 2022 Census considering the two previous surveys, following earlier approaches developed within the Social Sciences.

Keywords: Race. Religion. Social Sciences. Brazilian Census.

Resumen: La articulación entre raza y religión se configura como un tema emergente, cuyas múltiples dimensiones requieren un mayor desarrollo en el escenario político-religioso nacional. Existe un conjunto de producciones en las Ciencias Sociales que reflexionan sobre este entrecruzamiento. Se pretende presentar recorridos analíticos que contribuyan al debate en torno a esta temática. Asimismo, se observa que los Censos Demográficos brasileños surgen como herramientas fundamentales en estos análisis, no solo para dimensionar el fenómeno religioso, sino también para contextualizar el proceso de complejización y diversificación del denominado "campo religioso brasileño", permitiendo mapear raza y religión en los diferentes escenarios sociopolítico-económicos que caracterizan, en particular, los levantamientos de 2000, 2010 y 2022. El presente artículo propone contribuir a esta discusión, analizando comparativamente los datos preliminares del Censo 2022 a la luz de los dos levantamientos anterior-



Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a licença [CC-BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/), que permite a cópia e redistribuição do material em qualquer formato e para qualquer finalidade, desde que a autoria original e os créditos de publicação sejam mantidos.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

³ Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

res, conforme enfoques previos desarrollados por las Ciencias Sociales.

Palabras clave: Raza. Religión. Ciencias Sociales. Censo brasileño.

Introdução

A divulgação dos dados preliminares do Censo 2022 sobre religião, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 6 de junho de 2025, gerou grande repercussão. Pesquisadores, mídias, instituições religiosas, políticos e demais interessados no tema lançaram interpretações imediatas. Paula Montero e Henrique Fernandes Antunes (2020) observam que os dados censitários sobre religião não apenas informam sobre a diversidade religiosa, mas também influenciam como ela é percebida e discutida. Segundo os autores, narrativas jornalísticas ajudam a configurar essa "diversidade religiosa", e a não "religião", como temas de "interesse público".

Cientistas sociais (sociólogos, antropólogos e cientistas políticos) foram acionados por diferentes mídias. O intuito não é discutir aqui o papel desses atores, já que o tempo da análise não é o mesmo dos veículos de informação. A recepção e a visibilização desses dados, por si só, justifica a relevância temática aqui abordada: raça e religião nas Ciências Sociais, analisando a produção acadêmica e os dados dos últimos três Censos (2000, 2010 e 2022). Pretende-se

contribuir com o conjunto de produções que refletem sobre religião e raça, buscando assinalar alguns percursos analíticos seguidos por pesquisadores(as) que se dedicaram a analisar esse entrecruzamento. A análise se apoia na produção das Ciências Sociais sobre raça e religião, marcada por estudos sobre religiões afro-brasileiras (Bastide 2005; Landes 2002; Pierson 1971; Prandi 2003; Rodrigues 2006), mas que também se abre para a compreensão de outras, especialmente entre evangélicos e católicos.

À luz dessas referências e diante do debate público gerado pela divulgação dos dados preliminares do Censo 2022, este artigo busca responder à seguinte pergunta: como os dados censitários têm sido mobilizados para construir sentidos sobre a relação entre raça e religião no Brasil contemporâneo?

Trata-se, portanto, de abordar o tema, sem esgotá-lo, tendo como mote a intensa publicização desses resultados em veículos de imprensa como *Metrópolis*, *Diário do Centro do Mundo*, *Brasil Paralelo*, *Fórum*, *O Globo* e *Alma Preta*. Multiplicaram-se títulos que destacavam, ora a "maioria branca" nas religiões afro-brasileiras, ora o crescimento negro entre evangélicos – tensões que reafirmam a disputa de sentidos (Brasil Paralelo 2025; Lyra e Dias 2025; Ramos 2025; Salvador 2025; Sousa 2025; Toledo 2025).

Quadro 1 – Metrópolis: Religiões afro-brasileiras têm maioria branca, revela Censo

Metrópolis	Religiões afro-brasileiras têm maioria branca, revela Censo
Diário do Centro do Mundo	Branco são maioria em religiões afro e evangélicos têm mais negros, diz IBGE
Brasil Paralelo	Censo 2022: religiões de matriz têm maioria branca entre os fiéis
Fórum	Branco são maioria na religião que mais cresce no Brasil, segundo o Censo
O Globo	Religiões afro-brasileiras veem adesão de brancos triplicar, mas mantêm identidade de resistência
Alma Preta	Adeptos a religiões afro-brasileiras triplicam no Brasil; negros são maioria

Fonte: Elaboração própria.

A disseminação dessas informações sobre o quão brancas seriam as religiões afro-brasileiras passa pelo debate sobre a classificação por cor: preto e pardo, e sua junção política na categoria negro. Observar como raça é noticiada no caso das religiões afro-brasileiras – variando entre percentuais desagregados (brancos: 42,9%; pardos: 33,2%; pretos: 23,2%) e percentuais agregados ("negros") – revela uma tensão. O uso de categorias raciais nas manchetes impõe um recorte interpretativo a ser problematizado. Dessa maneira, o que significa dizer que as "religiões afro-brasileiras" são brancas (desconsiderando a junção preto-pardo), ou que são negras (considerando a junção preto-pardo)?

No que concerne à produção das Ciências Sociais sobre religião, é possível inferir que há maior atenção à temática racial quando entrelaçada às religiões afro-brasileiras, embora emergam estudos sobre católicos e evangélicos. Qual o papel dos Censos neste debate? Como a produção acadêmica sobre raça pode contribuir para a compreensão do campo religioso, em especial quando categorias preto, pardo e negro entram nas disputas de sentido na cena pública? Nesse sentido, o artigo está organizado em duas partes: a primeira aborda contribuições das Ciências Sociais sobre raça e religião, com base nos Censos; a segunda compara os dados dos Censos de 2000, 2010 e 2022 e suas implicações.

Sentidos dos Censos: apontamentos sobre o tema religião

A articulação raça e religião configura-se como um tema emergente, cujas múltiplas dimensões carecem de aprofundamento. Há um conjunto de produções das Ciências Sociais que refletem sobre esse entrecruzamento, e as edições do Censo Demográfico brasileiro são ferramentas cada vez mais presentes nas análises dos cientistas sociais sobre religião no Brasil, especialmente a partir do Censo de 2000 (Teixeira e Menezes 2013). É possível encontrar referências a dados censitários em estudos anteriores, embora de "forma mais esparsa" (Camurça 2014, 12). Mafra (2004, 154) destacou que a "comunidade de estudiosos

da religião", apesar de diversa e fragmentada, levantava questionamentos sobre sua precisão e abrangência.

A inclusão da religião como categoria no Censo demográfico brasileiro ocorreu no primeiro recenseamento nacional realizado, em 1872. Segundo levantamento histórico de Santos (2014, 18-33), esse primeiro recenseamento contabilizou apenas "católicos" e "acatólicos", refletindo o monopólio colonial da Igreja Católica. No Censo de 1890, ocorre a primeira ampliação significativa das categorias religiosas, com a introdução de termos como "protestantes" e "sem culto", o que indica uma incipiente preocupação em reconhecer um cenário religioso mais heterogêneo. Nos Censos de 1900 e 1920, a variável religião foi suprimida devido a dificuldades técnicas e operacionais. Essa lacuna estatística interrompe, temporariamente, a série histórica sobre a composição religiosa do país, que só seria retomada a partir do censo de 1940.

Ao longo do século 20, esse processo de diversificação se intensificou e, com ele, vieram novas adaptações na categorização religiosa nos Censos. Nas décadas de 1940 e 1950, foram incorporadas novas categorias, como "espíritas", "budistas" e "sem religião", ampliando o espectro de representatividade religiosa, ainda que genérica e, por vezes, imprecisa. Em 1980, as religiões afro-brasileiras, até então invisibilizadas e agregadas a outras categorias, passaram a ser reconhecidas, embora sob um rótulo ainda genérico. Essa situação muda no Censo de 2000, que passa a considerar a distinção entre umbanda e candomblé e também incluiu, em categoria própria, religiões oriundas das tradições indígenas.

No final dos anos 1990, a antropóloga Clara Mafrá coordenou a consultoria do Iser junto ao IBGE para aprimorar a classificação do quesito religião no Censo 2000 (Camurça 2014). Posteriormente, ao comentar o Censo 2010, ela criticou a "tecnologia da produção do número", alertando que uma única pergunta não alcança a multiplicidade de autodeclarações religiosas (Santos 2014, 27). A categorização das religiões tornou-se o núcleo das tensões entre pesquisadores e instituições

(Montero e Antunes 2020, 353). Enquanto os estudiosos buscavam refletir a crescente diversificação religiosa, os instrumentos censitários permaneciam centrados na contagem de igrejas, revelando uma tensão entre complexidade social e simplificação estatística.

A categoria "religião", portanto, é tratada como uma entre várias variáveis sociodemográficas – ao lado de dados como renda, escolaridade, cor/raça, entre outros – o que impõe limites à sua capacidade de apreender plenamente as dinâmicas culturais, subjetivas e institucionais da vivência religiosa no Brasil. A leitura crítica do que mostram os Censos exige uma abordagem contextualizada, que reconheça tanto sua importância estatística quanto suas limitações interpretativas.

Esse percurso histórico e metodológico, no entanto, não elimina os desafios enfrentados pelo IBGE na mensuração da religião. Entre eles, destacam-se: (a) a captura imprecisa das microdenominações pentecostais, que dificulta a compreensão da diversidade interna do segmento evangélico; (b) a limitação para registrar o duplo pertencimento religioso, comum em contextos de sincretismo e trânsito entre tradições. Por outro lado, há um desafio a ser enfrentado pelos pesquisadores diante da impossibilidade de o Censo captar dimensões mais subjetivas da vivência de fé, que exigem abordagens qualitativas complementares, não previstas nos instrumentos censitários.

Essa contextualização permite avançar na resposta à pergunta orientadora deste artigo, ao evidenciar como a categoria religião foi construída, operacionalizada e tensionada nos Censos demográficos brasileiros, revelando tanto os limites da mensuração estatística quanto as disputas simbólicas que atravessam sua interpretação pública.

Raça e religião nos Censos: repercussões e possibilidades de ampliação

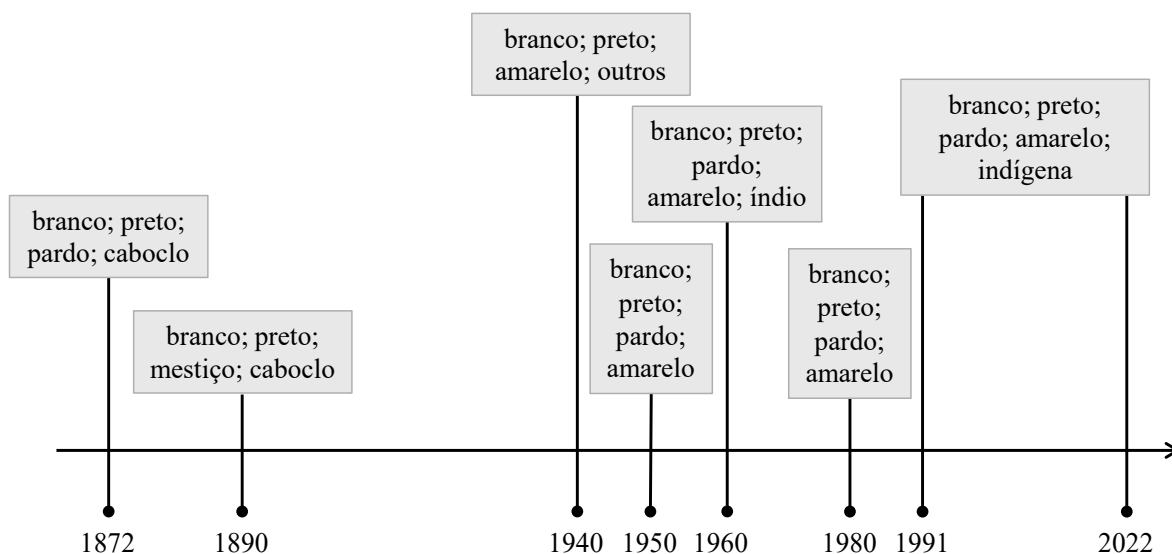
Pode-se dizer que há variações expressivas no cenário religioso, visibilizadas nos números dos

Censos, que apontam crescimento, retração ou desaceleração. Nesse sentido, vale trazer algumas pistas da produção sobre Raça e Censo. Em artigo recente, Guimarães (2024) levanta questões sobre cor/raça no cenário brasileiro, observando dados censitários publicados pelo IBGE entre 1872 e 2022, em particular os grupos branco, pardo e preto. O autor sustenta que as tendências históricas de crescimento desses grupos estão relacionadas a "movimentos de reclassificação", mais atinentes a fatores ideológicos do que demográficos. Nesse sentido, aponta que a noção de raça contribuiu:

(a) para classificar pessoas com o objetivo de oprimi-las e desumanizá-las total ou parcialmente, como no caso das teorias e práticas racistas do século 19; (b) para organizar pessoas para a luta política por direitos, caso dos movimentos sociais negros; (c) para manter essas pessoas organizadas e mobilizadas a fim de garantir direitos conquistados, caso dos movimentos sociais do presente (Guimarães 2024, 6).

As mudanças identificadas pelos resultados dos Censos divulgados, que apontam o crescimento da população negra (preta e parda), suscitam distintas interpretações que retomam questões sobre o lugar da temática cor/raça nos debates, dependendo do período histórico, dos atores acionados e de suas implicações sociopolíticas – seja pela via da construção da nação, das políticas de branqueamento, das políticas públicas, entre outras.

Ao abordar a evolução da variável cor/raça nos Censos, o artigo aprofunda a pergunta central, ao mostrar como disputas políticas e metodológicas influenciam a leitura pública sobre raça e religião. Assim, no que tange à articulação entre raça e religião, observam-se não apenas variações quantitativas no *ranking* dos credos, mas também mudanças na forma de classificar e exibir as categorias censitárias ao longo do tempo. Conforme sistematiza Guimarães (2024, 3), a evolução das opções de cor/raça no Censo reflete disputas sociopolíticas:

Figura 1 – Mudanças das classificações raciais nos Censos brasileiros entre 1872 e 2022

Fonte: Elaboração própria.

O entendimento de que pretos e pardos podem ser agregados na categoria "negros" apoia-se em indicadores. Em particular, os levantamentos quantitativos sobre a população brasileira atuam como base para a comprovação das assimetrias e desigualdades sociais e raciais, convencendo-se a junção de pretos e pardos na categoria "negros", conforme mostram os indicadores socioeconômicos e considerando que pardos são igualmente "passíveis de discriminação negativa, tal qual os pretos" (Paixão e Carvano 2008, 48).

Não é nossa pretensão fazer um escrutínio de toda a literatura sobre o entrecruzamento religião e raça nas Ciências Sociais. Estão implicadas desde os estudos de Raimundo Nina Rodrigues – *O Animismo Fetichista dos Negros Baianos* e *Os Africanos no Brasil* –, publicados no início do século 20. Roger Bastide, Donald Pierson, Ruth Landes são clássicos, já nos anos 1940, com repercussões posteriores, em especial na Antropologia (Birman 2006; 2023).

A maior ênfase nessa articulação, a partir dos anos 1980, ganha força com o avanço da complexificação e diversificação do campo religioso brasileiro nas décadas seguintes. Os impactos da fundação de igrejas neopentecostais, no final dos anos 1970, marcadamente da Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd) são percebidos em várias di-

mensões, inclusive nas reações organizadas pelos movimentos sociais negros e de terreiros (Gomes 2010; Gomes e Oliveira 2021), atuando como motor nos processos posteriores de combate à intolerância/racismo religioso (Miranda 2021).

Nesse contexto, Montero, Nicácio e Vaggione (2021) assinalam a permanência da temática racial e religiosa, como preocupação governamental, aparecendo já no primeiro Censo realizado em 1872. Os autores mostraram que, nesse primeiro levantamento, aparecem os dados da população livre distribuída por cor/raça (brancos, pretos e caboclos) e religião, com somente duas possibilidades: católicos e acatólicos. Os escravizados foram classificados como negros e pardos (mestiços de brancos ou índios); foram classificados impositivamente como católicos. Destacam-se a permanência da categoria cor/raça e a impermanência das religiões afro-brasileiras nos Censos. Os autores observam que essa ausência das religiões afro-brasileiras ocorre até o realizado em 2000, enquanto a categoria "pretos" está presente em todas as edições realizadas, como evidenciado na listagem apresentada por Guimarães (2024). Sugerem que tal fato se vincula ao histórico das relações raciais e ao lugar do negro na sociedade brasileira, "percebidos como perigosos e rebeldes" (Montero, Nicácio e Vaggione 2021, 103).

Há um intenso apagamento dessas religiões nos levantamentos oficiais, em especial os realizados pelo IBGE, fundado em 1938, durante boa parte do século 20 – ou não aparecendo nas variáveis (como categoria), ou incluídas em categoria mais ampla, como espiritismo, ou mesmo sendo seus números subestimados, como alguns autores já apontaram.

Complementando essa análise, Prandi (2013) observa que as edições do Censo sempre apresentaram dados subestimados sobre tais religiões, por conta dos processos de sincretismo fundados nas relações da Igreja Católica com

o estado brasileiro, como signatária da escravidão. Autores como Sanchis (1994) e Ferretti (1998) aprofundaram o debate sobre sincretismo. Esse último assinala o caráter de resistência das religiões afro-brasileiras, tanto no sentido de “disfarçar as crenças africanas por trás de uma máscara colonial católica” para sobreviver às perseguições, como no de buscar romper com o sincretismo, acionando processos de reafricanização (Ferretti 1998, 185), principalmente no candomblé. Assim, sincretismos e reações são temas que percorrem a tentativa de compreensão do fenômeno religioso no país.

Figura 2 – Classificação das religiões nos Censos de 2010 e 2022



Fonte: Elaboração própria.

As oscilações na representação nos Censos permanecem no caso das religiões afro-brasileiras, como indicam Duccini e Rabelo (2013, 220), que sinalizam que candomblé e umbanda tiveram um decréscimo entre os anos de 1991 e 2000, sendo que esse resultado teve maior expressão no caso da segunda: “ou seja, enquanto a umbanda perdia adeptos, o candomblé ganhava”. Ao analisar comparativamente os dados dos Censos de 1991 e 2010, Prandi (2013) já observava o crescimento do candomblé e o decréscimo da umbanda. O primeiro passou de 107 mil a

mais de 180 mil naquele período, enquanto a segunda teve um decréscimo de 542 mil para 407 mil, mesmo com o crescimento de 30% da população brasileira. Segundo o autor: “em suma, nesses vinte anos, a umbanda declinou muito, enquanto o candomblé cresceu numa taxa duas vezes maior que a da população brasileira, indício de crescimento relativo real” (Prandi 2013, 208). No que se refere à variável cor, Duccini e Rabelo (2013) apontam para o aumento da participação percentual de pretos e pardos no candomblé. Informação interessante é o aumento de 4,8%

de brancos, enquanto pretos aumentaram 30,4% e pardos 15,7%, seguindo a tendência do Censo anterior (1991).

Dessa forma, esse processo não é propriamente uma novidade, a literatura indica como uma das justificativas plausíveis para esse crescimento o investimento dos movimentos negros no processo de autoafirmação de identidade pela via da adesão às religiões afro-brasileira. Prandi (2013, 210) mostra que houve aumento na declaração de negros (pretos e pardos), assinalando que esse crescimento se dá “certamente em razão das políticas públicas e de movimentos de conscientização étnica em curso que promovem o aumento da autoestima dos não brancos”. Silva (2017, 120) segue a mesma direção quando compara umbanda e candomblé a partir do resgate étnico-religioso, mais difícil para a primeira por se caracterizar como uma religião sincrética marcada

pelo branqueamento, o que seria atualmente “um fardo que pesa contra si”, enquanto o candomblé segue “empretecendo cada vez mais do ponto de vista populacional e ideológico”. Duccini e Rabelo (2013, 232) acrescentam que

na associação entre identidade religiosa e identidade étnico-racial proposta pelos movimentos negros entre identidade religiosa e ancestralidade africana pode exercer forte atrativo sobre negros e jovens negros em especial.

O que dizem os dados dos Censos 2000, 2010 e 2022 sobre raça e religião?

A partir dos resultados preliminares do Censo Demográfico 2022 (IBGE 2022), comparados aos de 2000 e 2010, emergem pistas sobre as transformações no campo religioso brasileiro.

Tabela 1 – População com 10 anos ou mais segundo grandes grupos de religião – Brasil

Religião/ Ambos os sexos	valores absolutos			valores relativos			Diferença proporcional	Diferença percentual	
	2000	2010	2022	2000	2010	2022	2022-2010	2000 - 2010	2010 - 2022
Católica Apostólica Romana	101399361	105450836	100216153	74,1	65,1	56,7	-8,4	4,0	-5,0
Evangélicas	20707445	35034542	47418024	15,1	21,6	26,9	5,2	69,2	35,3
Espírita	2026478	3505930	3257455	1,5	2,2	1,8	-0,3	73,0	-7,1
Umbanda e Candomblé	468619	525647	1849824	0,3	0,3	1,0	0,7	12,2	251,9
Tradições indígenas*	-	44671	99425	-	0,0	0,1	0,0	-	122,6
Outras religiosidades	2504311	4385478	7079101	1,8	2,7	4,0	1,3	75,1	61,4
Sem religião	9588967	12824470	16385342	7,0	7,9	9,3	1,4	33,7	27,8
Sem declaração/Não sabe	215178	209723	294826	0,2	0,1	0,2	0,0	-2,5	40,6
Total	136910359	161981297	176600150	100,0	100,0	100,0		18,3	9,0

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000, 2010 e 2022.

A religião católica apresentou forte declínio: de 74,1% em 2000 para 56,7% em 2022, com retração proporcional de 8,4 pontos entre 2010 e 2022, apesar do crescimento de 9,0% da população com 10 anos ou mais (IBGE 2022), o que resultou em uma diminuição de 5,0% no número de seus integrantes. Em contrapartida, o segmento evangélico saltou de 15,1% para 26,9% em 22 anos, impulsionado sobretudo pelo período 2000-2010 (crescimento interno de 69,2%), embora tenha mantido expansão robusta entre 2010 e 2022 (cerca de +35,0%) (IBGE 2022), com aumento de cerca de 35,0% no número de adeptos. A participação proporcional no período foi da ordem de 5,2 pontos percentuais. No mesmo intervalo, a população com 10 anos ou mais cresceu 9,0%.

De forma semelhante, os espíritas apresentaram crescimento substancial entre os Censos de 2000 e 2010, com aumento de 73% no número de adeptos – passando de 1,5% para 2,2% da população total. No entanto, no Censo de 2022, houve retração, com uma diferença percentual de -7,1%, representando agora cerca de 1,8% da população brasileira.

As religiões afro-brasileiras foram as que mais cresceram entre 2010 e 2022, com um incremento significativo de 251,9% no número de adeptos. A representatividade passou de 0,3% – valor que se manteve estável entre 2000 e 2010 – para 1,0% em 2022. Esse aumento corresponde a quase dois milhões de pessoas que se autodeclararam pertencentes a essas tradições.

As tradições indígenas também apresentaram crescimento expressivo, passando de 0,03% para 0,06% – um aumento superior a 122%. Em outras palavras, o número de adeptos mais que dobrou entre 2010 e 2022. Não há dados disponíveis para essa categoria no Censo de 2000, considerando apenas a população com 10 anos ou mais. Da mesma forma, outras religiosidades ampliaram seus quadros, somando quase 4,0% do total da população, com um incremento de aproximadamente 60% entre 2010 e 2022. Já os que se

declararam sem religião passaram a representar quase 10% da população com 10 anos ou mais, com crescimento de cerca de 30%.

De modo geral, apenas as religiões católica e espírita apresentaram retração. Todas as demais demonstraram, em maior ou menor grau, crescimento no número de adeptos – com destaque para o avanço exponencial da umbanda e do candomblé, bem como para a continuidade da expansão evangélica.

Tabela 2 – Distribuição da população residente (Censos 2000 e 2010) e da população com 10 anos ou mais de idade (Censo 2022), por grandes grupos religiosos, segundo cor ou raça – valores relativos

Religião/Cor	2000					2010					2022				
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Católica Apostólica Romana	74,7	69,2	63,9	73,2	58,9	66,4	58,2	59,9	64,1	50,7	60,2	49,0	51,8	55,6	42,7
Evangélicas	15,2	15,9	8,4	15,7	20,0	20,8	24,1	19,6	23,3	25,5	23,5	30,0	14,3	29,3	32,2
Espírita	1,9	1,0	1,5	0,6	0,8	2,9	1,8	1,9	1,1	0,8	2,7	1,5	3,2	1,1	0,5
Umbanda e Candomblé	0,3	0,9	0,1	0,2	0,5	0,3	0,9	0,2	0,2	0,3	1,0	2,3	0,8	0,8	0,6
Tradições indígenas	0,0	0,0	0,0	0,0	1,4	0,0	0,0	0,0	0,0	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	7,6
Outras religiosidades	1,8	1,9	15,2	1,6	3,5	2,7	3,1	7,5	2,5	2,9	4,0	4,7	13,6	3,8	4,6
Sem religião	6,1	11,0	10,5	8,4	14,4	6,7	11,8	10,7	8,7	14,5	8,4	12,3	16,2	9,3	11,0
Sem declaração/Não sabe	0,2	0,2	0,3	0,2	0,5	0,1	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2	0,1	0,7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000, 2010 e 2022.

A Tabela 2 apresenta a distribuição das principais religiões segundo cor ou raça (IBGE 2022). Observa-se que a religião católica permanece como maioria em todas as categorias raciais ao longo dos três últimos Censos, mesmo com a redução de adeptos. Contudo, essa hegemonia tem diminuído: em todas as distribuições por cor ou raça, os percentuais de católicos apresentaram queda. Ainda assim, sua permanência como grupo majoritário reflete sua centralidade

l-simbólica no imaginário religioso brasileiro, mesmo diante da crescente pluralização do campo religioso (Reis e Teixeira 2021). Em contrapartida, os evangélicos registraram aumento percentual em todas as categorias raciais, à exceção dos asiáticos, cuja participação caiu de 19,6% em 2010 para 14,3% em 2022 (IBGE 2022).

Candomblé e umbanda também apresentaram crescimento entre seus adeptos, especialmente entre pretos, que passaram de 0,9% em 2000 para 2,3% em 2022 (IBGE 2022).

Tabela 3 – Distribuição da população residente (Censos 2000 e 2010) e da população com 10 anos ou mais de idade (Censo 2022), por cor ou raça, segundo grandes grupos religiosos – valores relativos

Religião/Cor	2000					2010					2022							
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	total	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	total
Católica Apostólica Romana	54,9	5,9	0,4	38,5	0,3	100	48,8	6,8	1,0	43,0	0,3	100,00	45,9	9,3	0,4	44,0	0,4	100,00
Evangélicas	53,2	6,4	0,2	39,5	0,6	100	44,6	8,2	1,0	45,7	0,5	100,00	38,0	12,0	0,2	49,1	0,7	100,00
Espírita	76,0	4,6	0,5	18,6	0,3	100	68,7	6,6	1,1	23,4	0,2	100,00	63,8	9,0	0,8	26,3	0,2	100,00
Umbanda e Candomblé	50,7	18,3	0,2	30,0	0,8	100	47,1	21,1	0,6	30,8	0,4	100,00	42,9	23,2	0,3	33,2	0,3	100,00
Tradições indígenas	26,3	1,0	0,1	14,3	58,3	100	17,5	1,8	0,5	11,8	68,4	100,00	11,9	3,2	0,4	10,0	74,5	100,00
Outras religiosidades	53,9	6,6	3,8	34,8	0,9	100	48,2	8,6	3,1	39,7	0,5	100,00	43,1	12,6	1,5	42,2	0,6	100,00
Sem religião	44,8	9,3	0,6	44,3	0,9	100	39,6	11,1	1,5	47,1	0,8	100,00	39,2	14,2	0,8	45,1	0,6	100,00
Sem declaração/Não sabe	45,9	7,1	0,9	44,9	1,2	100	40,7	11,7	1,6	45,4	0,6	100,00	38,6	14,1	0,6	44,1	2,5	100,00
total	54,1	6,3	0,5	38,7	0,4	100	47,5	7,5	1,1	43,4	0,4	100,00	43,3	10,8	0,4	44,9	0,5	100,00

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000, 2010 e 2022.

A Tabela 3 apresenta a composição interna de cada religião em relação à cor ou raça de seus

adeptos. Observa-se que os brancos continuam sendo maioria entre os católicos, embora essa

predominância tenha diminuído: passaram de quase 55 % em 2000 para cerca de 46 % em 2022 – ano em que os pardos (44 %) praticamente se igualaram aos brancos (IBGE 2022). Esse dado sinaliza uma reconfiguração demográfica importante no interior do catolicismo.

Entre os evangélicos, também se verifica uma redução da participação de brancos, que passaram de 53,2 % em 2000 para 38 % em 2022 (IBGE 2022). Esse declínio é acompanhado por um aumento expressivo da presença de pardos, que já eram maioria em 2010 (45,7 %) e chegaram a 49,1 % em 2022, assim como pelo crescimento de pretos para 12 % dos evangélicos no último Censo.

No caso das religiões afro-brasileiras, os dados revelam uma composição mais equilibrada entre os grupos raciais: em 2022, os brancos representavam 42,9 % dos adeptos, os pardos 33,2 % e os pretos 23,2 %. Apenas os brancos apresentaram redução entre 2000 e 2022, enquanto os pretos (de 18,3 % para 23,2 %) e os pardos (de 30,0 % para 33,2 %) registraram crescimento (IBGE 2022). Tomando a soma de pretos e pardos, na categoria negros, em 2000, cerca de 15 % dos evangélicos se autodeclaravam negros; esse número praticamente dobrou em 2022, alcançando 29,5 %. Entre os adeptos das religiões afro-brasileiras, o crescimento foi ainda mais expressivo: em 2000, apenas 0,3 % dos negros se declaravam pertencentes a essas tradições; em 2022, esse percentual chegou a 1,1 %, representando um salto de aproximadamente 252 mil para mais de 1 milhão de pessoas.

Esse incremento de 313,7% em 22 anos – com média anual de crescimento de 14,3% – é parti-

cularmente significativo quando comparado ao crescimento vegetativo da população negra no mesmo período, que foi de 23%. Parte da literatura tem interpretado esse descompasso como indício de um processo de identificação étnico-religiosa em curso. No entanto, os dados censitários, por si só, não permitem afirmar com precisão se se trata de autoafirmação, reconversão ou trânsito religioso. Diante da controvérsia pública em torno dos dados do Censo 2022 – especialmente das manchetes que tentaram “embranquecer” o crescimento das religiões afro-brasileiras – o que está realmente em disputa? Ou seja, o crescimento da adesão às religiões afro-brasileiras entre os negros foi proporcionalmente muito superior ao crescimento demográfico desse grupo, sugerindo um movimento ativo de identificação religiosa e étnico-racial. Esses números reforçam a hipótese de que há um processo de identificação étnico-racial em curso, especialmente entre pretos e pardos, refletido na adesão às religiões afro-brasileiras (Duccini e Rabelo 2013; Silva 2017).

É importante considerar que a redução da participação de brancos em todas as religiões pode estar relacionada à diminuição geral da população autodeclarada branca ao longo dos Censos: de 54,1 % em 2000 para 43,3 % em 2022, enquanto os pretos passaram de 6,3 % para 10,8 % e os pardos de 38,7 % para 44,9 % no mesmo período (IBGE 2022). Esses dados apontam transformações demográficas, além de mudanças nos processos de autoidentificação racial, possivelmente influenciadas por políticas públicas de reconhecimento racial e pelos próprios movimentos sociais (Guimarães 2024; Paixão e Carvano 2008).

Tabela 4 – Distribuição da população residente (Censos 2000 e 2010) e de 10 anos ou mais de idade (Censo 2022) por cor ou raça, segundo grandes grupos de religião – valores relativos

Religião/Cor	2000					2010					2022				
	Branca	Negros	Amarela	Indígena	total	Branca	Negros	Amarela	Indígena	total	Branca	Negros	Amarela	Indígena	total
Católica Apostólica Romana	54,9	44,4	0,4	0,3	100	48,8	49,8	1,0	0,3	100	45,9	53,3	0,4	0,4	100
Evangélicas	53,2	46,0	0,2	0,6	100	44,6	53,9	1,0	0,5	100	38,0	61,1	0,2	0,7	100
Espírita	76,0	23,2	0,5	0,3	100	68,7	30,0	1,1	0,2	100	63,8	35,3	0,8	0,2	100
Umbanda e Candomblé	50,7	48,3	0,2	0,8	100	47,1	51,9	0,6	0,4	100	42,9	56,4	0,3	0,3	100
Tradições indígenas	26,3	15,3	0,1	58,3	100	17,5	13,7	0,5	68,4	100	11,9	13,1	0,4	74,5	100
Outras religiosidades	53,9	41,4	3,8	0,9	100	48,2	48,2	3,1	0,5	100	43,1	54,8	1,5	0,6	100
Sem religião	44,8	53,7	0,6	0,9	100	39,6	58,1	1,5	0,8	100	39,2	59,4	0,8	0,6	100
Sem declaração/Não sabe	45,9	52,0	0,9	1,2	100	40,7	57,1	1,6	0,6	100	38,6	58,2	0,6	2,5	100
total	54,1	45,0	0,5	0,4	100	47,5	50,9	1,1	0,4	100	43,3	55,7	0,4	0,5	100

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2000, 2010 e 2022.

A Tabela 4 apresenta a composição por cor/raça dentro de cada grupo religioso, como os diferentes segmentos raciais se distribuem internamente nas religiões, de acordo com a autodeclaração dos indivíduos. Os dados revelam um movimento contínuo de redução da população autodeclarada branca ao longo dos Censos, e diante desse encolhimento demográfico, a participação de brancos na composição de todas as religiões diminuiu.

Em contrapartida, a população autodeclarada preta e parda (negra) seguiu trajetória inversa, passando de 45 % em 2000 para 55,7 % em 2022. Esse crescimento se refletiu na composição interna da maioria das religiões, com exceção das tradições indígenas, que apresentaram uma leve redução de 0,6 pontos percentuais.

A religião espírita manteve-se como a que possui maior proporção de brancos ao longo dos três Censos. Já no catolicismo, a maioria branca foi observada apenas em 2000; nos seguintes,

os católicos autodeclarados negros passaram a ser maioria. Entre os evangélicos, a transição foi ainda mais marcante: em 2000, os brancos eram maioria; em 2010, os negros já haviam ultrapassado os brancos; e, em 2022, chegaram a representar 61,1 % dos evangélicos – tornando essa a religião com maior percentual de negros em sua composição.

Esses dados reforçam a importância de considerar a variável raça/cor nas análises sobre religião no Brasil, especialmente quando cruzada com outras dimensões, como gênero. O Censo 2022 confirma a tendência observada em levantamentos anteriores: as mulheres são maioria em todas as religiões. Nesse contexto, torna-se ainda mais relevante destacar a participação das mulheres negras, cuja presença expressiva em diversos segmentos religiosos contribuiu para a compreensão das intersecções entre raça, gênero e religião no país (Duarte e Gomes 2023).

Tabela 5 – Distribuição da população residente (Censo 2010) e de 10 anos ou mais de idade (Censo 2022) por sexo e cor ou raça, segundo grandes grupos de religião – valores relativos

Religião/ Sexo/ Cor ou raça	2010								2022							
	Homens				Mulheres				Homens				Mulheres			
	Branca	Negros	Amarela	Indígena	Branca	Negros	Amarela	Indígena	Branca	Negros	Amarela	Indígena	Branca	Negros	Amarela	Indígena
Católica Apostólica Romana	47,7	51,0	1,0	0,3	49,9	48,7	1,1	0,3	44,5	54,7	0,4	0,4	47,3	51,9	0,4	0,4
Evangélicas	44,2	54,4	0,9	0,5	45,0	53,5	1,1	0,5	37,2	61,9	0,2	0,7	38,6	60,5	0,2	0,6
Espírita	68,0	30,8	1,0	0,2	69,2	29,5	1,1	0,2	62,4	36,7	0,7	0,2	64,6	34,4	0,8	0,2
Umbanda e Candomblé	46,5	52,4	0,5	0,5	47,5	51,5	0,6	0,4	41,3	57,9	0,3	0,4	44,1	55,2	0,3	0,3
Tradições indígenas	17,0	14,4	0,5	68,2	18,0	12,9	0,5	68,6	11,5	13,2	0,3	75,0	12,3	13,1	0,5	74,1
Outras religiosidades	47,9	48,6	3,0	0,5	48,5	47,9	3,2	0,4	41,7	56,1	1,5	0,7	44,3	53,6	1,5	0,6
Sem religião	39,2	58,7	1,3	0,7	40,2	57,3	1,6	0,9	38,3	60,3	0,7	0,6	40,3	58,1	0,8	0,7
Sem declaração/ Não sabe	39,5	58,5	1,5	0,5	42,6	54,9	1,9	0,6	35,9	61,2	0,6	2,2	42,7	53,7	0,6	3,0
Total	46,5	52,0	1,0	0,4	48,5	49,9	1,2	0,4	42,1	56,9	0,4	0,6	44,4	54,6	0,5	0,5

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 2010 e 2022.

A análise da Tabela 5, que cruza religião com sexo e cor/raça, revela um dado central: as mulheres negras ampliaram significativamente sua presença nas principais tradições religiosas do país. Em termos absolutos, elas compõem a maior parte das evangélicas e figuram entre as maiores frações entre católicas. Nas duas edições do Censo consideradas (2010 e 2022), as mulheres negras (pretas + pardas) formam a maioria relativa nas maiores macro-religiosidades do país: já eram 48,7 % das católicas em 2010 e passaram a 51,9 % em 2022; entre as evangélicas, sua participação saltou de 53,5 % para 60,5 %. Também se

tornaram maioria em "outras religiosidades" (de 47,9 % para 53,6 %), mantiveram a dianteira em umbanda/candomblé (de 51,5 % para 55,2 %) e entre os que se declaram sem religião (de 57,3 % para 58,1 %).

O único grupo religioso em que as mulheres brancas continuam hegemônicas é o espiritismo, embora com retração: de 69,2 % em 2010 para 64,6 % em 2022. Ainda assim, as mulheres negras também cresceram nesse segmento, passando de 29,5 % para 34,4 %. Destaca-se a leve queda entre as mulheres negras que se enquadram na categoria "Sem declaração/Não sabe", de 54,9

% para 53,7 %.

Adicionalmente, os dados apontam para mudanças no padrão de afiliação religiosa das próprias mulheres negras. Quando se analisa a distribuição interna das mulheres por religião – como esse grupo se reparte entre as diferentes tradições religiosas – duas exceções se destacam: nas tradições indígenas, as próprias mulheres indígenas são amplamente majoritárias, avançando de 68,6 % para 74,1 %; já as mulheres amarelas (asiáticas) e indígenas aparecem em números residuais nos demais credos, raramente ultrapassando 1 % em qualquer outra denominação.

Entre 2010 e 2022, as mulheres brancas perderam participação em quase todos os grupos religiosos – por exemplo, uma queda de 6,4 pontos percentuais entre as evangélicas – enquanto as mulheres negras ganharam expressão, mesmo onde ainda não são maioria, como no espiritismo. Isso sugere que o "dinamismo racial" do campo religioso brasileiro não se resume à conhecida transição do catolicismo para o evangelicalismo: há um adensamento da presença das mulheres negras em praticamente todas as vertentes religiosas, acompanhado por um leve recuo da presença branca.

Esse avanço da presença de mulheres negras entre 2010 e 2022 converge com a retração branca, apontando para uma recomposição interna das filiações religiosas no Brasil. Tal movimento reflete tanto o crescimento populacional desses grupos quanto processos mais amplos de identificação, pertencimento e afirmação étnico-racial. Ainda assim, é importante interpretar esses percentuais à luz de dois limites metodológicos: (1) os dados se referem à autodeclaração de cor/raça captada pelo IBGE, que pode variar ao longo do tempo conforme mudanças na percepção identitária; (2) os Censos capturam apenas a religião "principal" declarada, não contemplando práticas múltiplas, sincréticas ou menos institucionalizadas, frequentes no contexto religioso nacional.

Considerações sobre raça e religiões pós-Censo 2022

Este artigo teve como objetivo discutir a articu-

lação entre raça e religião no contexto brasileiro, a partir de uma análise comparativa dos dados dos Censos Demográficos de 2000, 2010 e 2022, em diálogo com a produção das Ciências Sociais. Ao considerar os dados preliminares do Censo 2022 e suas repercussões públicas, buscou-se compreender como as categorias cor/raça e religião são mobilizadas, interpretadas e tensionadas por diferentes atores sociais, acadêmicos e midiáticos. A proposta foi contribuir para o debate sobre os sentidos atribuídos à classificação racial e religiosa, evidenciando disputas de interpretação e os limites metodológicos envolvidos na leitura dos dados censitários.

Retomando a pergunta que orienta este artigo – como os dados dos Censos Demográficos têm sido mobilizados para construir sentidos sobre a relação entre raça e religião no Brasil contemporâneo? –, as considerações finais sintetizam os principais achados e tensionamentos observados ao longo da análise.

Houve intensas transformações no campo religioso brasileiro ao longo do período analisado. Entre os principais movimentos observados estão a queda contínua do número de católicos; o crescimento e diversificação das igrejas evangélicas; o aumento da população sem religião; a crescente participação de grupos religiosos na política institucional; a influência sobre legislações e políticas públicas; e o acirramento do debate público em torno da intolerância e do racismo religioso.

Um dos dados mais expressivos do Censo 2022 refere-se ao crescimento da população que se autodeclara adepta das religiões afro-brasileiras. Quando se observa especificamente a população negra (pretos e pardos), esse crescimento é ainda mais acentuado.

A conexão entre raça e religião, no entanto, não se restringe às religiões afro-brasileiras. A maioria dos adeptos das religiões católica, evangélica e afro-brasileiras é composta por pessoas negras (pretas e pardas). Apenas o espiritismo apresenta maioria branca, com proporção significativamente superior à de pretos e pardos somados. Esses números desafiam a narrativa veiculada por parte

da mídia, que frequentemente destaca a presença de brancos nas religiões afro-brasileiras, mas silencia sobre o fato de que católicos e evangélicos também são, majoritariamente, negros. Há uma disputa de sentido e visibilidade quando os dados sobre brancos, pretos e pardos são visibilizados, de acordo com os posicionamentos políticos, pretos e pardos aparecem separados ou somados.

A comparação dos dados de 2000, 2010 e 2022 evidencia a queda da população branca e o aumento da autodeclaração de negros nas quatro religiões mencionadas. Esse processo, que se intensifica a partir dos anos 1990, está inserido em um contexto mais amplo de mobilização social, como as reações organizadas à intolerância religiosa, especialmente por parte de segmentos evangélicos contra as religiões afro-brasileiras (Gomes 2010; Gomes e Oliveira 2021; Miranda 2025). Nesse cenário, emergem políticas de proteção e preservação dessas tradições, bem como a formulação da noção de "racismo religioso", como um marcador diferencial em relação à categoria mais genérica de "intolerância religiosa", que tende a diluir a centralidade das religiões afro-brasileiras como principais alvos de violência simbólica e física. A noção de raça (racismo) emerge como contraponto e resgate do protagonismo de quem impulsionou os movimentos públicos em defesa da liberdade religiosa, tensionada pelo surgimento das igrejas neopentecostais. A retórica da "batalha espiritual", amplamente difundida por esses grupos, foi interpretada inicialmente como expressão de racismo por movimentos negros e de terreiro, que passaram a combatê-la tanto no campo jurídico quanto no epistemológico (Gomes e Oliveira 2021, 143), recebendo novos contornos recentemente, sob o termo "racismo religioso". A organização da Caminhada pela Liberdade Religiosa e a atuação da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR) são marcos dessa mobilização e da tensão entre intolerância e racismo.

A noção de racismo religioso apresenta uma possibilidade de aprofundar o debate que este artigo suscita. Pretos e pardos são maioria nas

religiões em geral. No caso das religiões afro, há grande presença branca. Isso levanta questões importantes: todos os adeptos dessas religiões são igualmente atingidos pelo racismo religioso? Se não, como classificar as violências sofridas por brancos nesse contexto? E se sim, haveria um novo deslocamento da centralidade da experiência negra?

Raça e religião são temáticas caras às Ciências Sociais, como mencionado, mas parece que tem emergido com maior interesse abordagens que as inter-relacionam, assim como trazem outros atravessamentos da temática racial com a diversidade de segmentos religiosos, como evangélico e católico. Nota-se interesse em investigações que abordam esses temas nesses segmentos, presentes em poucos trabalhos anteriores, como os de Burdick (1989; 2002) e Contins (1992; 1995) sobre pentecostais negros, e Rocha (1998) sobre agentes da pastoral negra da Igreja Católica. Recentemente, essa temática parece ganhar algum fôlego, com trabalhos de Oliveira (2017; 2021) sobre militantes negros católicos e sobre movimento negro evangélico. Na mesma linha do ativismo negro, Cunha (2021) aborda a Frente Parlamentar de Terreiros, que passa a atuar no mesmo palco da Frente Parlamentar Evangélica e da Frente Parlamentar Católica. Abre-se um campo de estudos sobre mulheres negras evangélicas (Cardoso 2024), em particular sobre movimentos progressistas. Esses são alguns dos caminhos de pesquisa que vêm se delineando a partir desse panorama tão diversificado e sugestivo da relação raça-religião, também apontado pelo Censo 2022.

Nesse contexto, destaca-se ainda que o Censo enfrenta a dificuldade de alinhar o que se pretende saber com o que as pessoas efetivamente respondem, inclusive sobre religião e cor/raça. As categorizações de religião permanecem um desafio persistente (Montero e Antunes 2020), e as mudanças sociais, políticas e religiosas animam as pesquisas em Ciências Sociais.

Referências

Bastide, Roger. 2005. *O candomblé da Bahia: rito nagô*. Companhia das Letras.

Birman, Patrícia. 2006. Percursos afro e conexões sociais: negritude, pentecostalismo e espiritualidades. In *Religiões em movimento: o censo de 2010*, organizado por Faustino Teixeira e Renata Menezes. Vozes.

Birman, Patrícia. 2023. Roger Bastide (1898–1974): entre tempos, lugares e pessoas – observações em torno dos cultos afro-brasileiros. In *Antropologia da religião: autores e temas*, organizado por Faustino Teixeira and Renata Menezes. Vozes.

Brasil Paralelo. 2025. Censo 2022: religiões de matriz têm maioria branca entre os fiéis. *Brasil Paralelo*, 28 de maio de 2025. <https://tinyurl.com/mry93tyk>.

Burdick, John. 1989. A queda do profeta negro: o significado ambivalente de raça no pentecostalismo. *Comunicações do Iser* 33: 43–63. <https://tinyurl.com/2emhct5>.

Burdick, John. 2002. Pentecostalismo e identidade negra no Brasil: mistura impossível? In *Raça como retórica: a construção da diferença*, organizado por Yvonne Maggie e Claudia Barcellos Rezende. Civilização Brasileira.

Camurça, Marcelo Ayres. 2014. A religião e o censo: enfoques metodológicos. Uma reflexão a partir das consultorias do Iser ao IBGE sobre o dado religioso nos censos. *Comunicações do Iser* 69: 8–17. <https://tinyurl.com/limit7k>.

Cardoso, Elna D. 2024. Oração e ativismo social: narrativas de mulheres negras em igrejas evangélicas progressistas no DF, em período pandêmico e pós-pandêmico. *Sociedade e Estado* 39 (3): 353–574. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-20243903e53574>.

Contins, Marcia. 1992. *Narrativas pentecostais: estudos antropológicos de grupos de pentecostais negros nos Estados Unidos*. Centro Interdisciplinar de Estudos Culturais.

Contins, Marcia. 1995. *Tornando-se pentecostal: um estudo comparativo sobre pentecostais negros nos Estados Unidos e Brasil*. Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Cunha, Christina Vital. 2021. Ativismo negro e religioso: o caso da Frente Parlamentar de Terreiros no Congresso Nacional Brasileiro. *Novos Estudos Cebrap* 40: 243–259. <https://doi.org/10.25091/S01013300202100020004>

Duarte, Luiz Fernando D., e Edlaine de C. Gomes. 2023. Religião, gênero e sexualidade. In *Antropologia da religião: autores e temas*, organizado por Faustino Teixeira e Renata Menezes. Vozes.

Duccini, Luciana, e Miriam Rabelo. 2013. As religiões afro-brasileiras no Censo de 2010. In *Religiões em movimento: o censo de 2010*, organizado por Faustino Teixeira e Renata Menezes. Vozes.

Ferretti, Sérgio. 1998. Sincretismo afro-brasileiro e resistência cultural. *Horizontes Antropológicos* 4 (8): 182–198. <https://doi.org/10.1590/S0104-71831998000100010>.

Gomes, Edlaine de C. 2010. Dinâmica religiosa e trajetória das políticas de patrimonialização: reflexões sobre ações e reações das religiões afro-brasileiras. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares* 12: 131–158. <https://tinyurl.com/mr396tu8>.

Gomes, Edlaine de C., e Luis Cláudio de Oliveira. 2021. Memórias documentadas do grupo 'Tradição dos Orixás': reações, resistência e ressonâncias afro-brasileiras dos anos 1980. *Religião e Sociedade* 41 (3): 1–24. <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n3cap01>.

Guimarães, Antônio Sérgio Alfredo. 2024. Raça e cor no Brasil contemporâneo, oportunismo político e tendência histórica. *Revista de Antropologia* 24: 1–19. <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.221938>.

IBGE. 1991. *Censo Demográfico 1991: Resultados preliminares*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html>.

IBGE. 2000. *Censo Demográfico 2000: Sinopse preliminar*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico->

IBGE. 2010. *Censo Demográfico 2010: Resultados preliminares*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673>.

IBGE. 2022. *Censo Demográfico 2022: Resultados preliminares*. IBGE. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/22827-censo-demografico-2022.html>.

Landes, Ruth. 2002. *A cidade das mulheres*. Editora UFRJ.

Lyra, Júlio Cesar, e Pâmela Dias. 2025. Religiões afro-brasileiras veem adesão de brancos triplicar, mas mantêm identidade de resistência. *O Globo*, 14 de junho de 2025. <https://tinyurl.com/3hswv298>.

Mafrá, Clara. 2004. Censo da religião: um instrumento descartável ou reciclável. *Religião e Sociedade* 24 (2): 152–159. <https://tinyurl.com/ennjsfpr>.

Miranda, Ana Paula M. de. 2021. A 'política dos terreiros' contra o racismo religioso e as políticas 'cristofascistas'. *Debates do NER* 21 (40): 17–54. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.120344>.

Miranda, Ana Paula M. 2025. Laicidade à brasileira: perspectivas afrorreligiosas sobre os conflitos étnico-raciais e as mobilizações por reconhecimento de direitos. *Anais da 75ª Reunião Anual da SBPC*, Universidade Federal Fluminense. <https://tinyurl.com/4bkyftr8>.

Montero, Paula, e Henrique F. Antunes. 2020. A diversidade religiosa e não religiosa nas categorias censitárias do IBGE e suas leituras na mídia e produção acadêmica. *Debates do NER* 20 (38): 339–373. <https://doi.org/10.22456/1982-8136.105752>.

Montero, Paula, Camila Silva Nicácio, e Juan Marco Vaggione. 2021. Percepções da diversidade étnico-racial e religiosa no Brasil e na Argentina e suas expressões político-jurídicas. *Religião e Sociedade* 41 (3): 99–126. <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n3cap04>.

Oliveira, Rosenilton Silva. 2017. A cor da fé: "identidade negra" e religião. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, Ecole de Hautes Etudes En Sciences Sociales. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-12052017-160302/>

Oliveira, Rosenilton Silva. 2021. 'Hoje eu orei, ele é negro': a gênese do movimento negro evangélico no Brasil. *Religião e Sociedade* 41 (3): 169-191. <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n3cap07>

Paixão, Marcelo, e Luiz M. Carvano. 2008. Censo e demografia: a variável cor ou raça no interior dos sistemas censitários brasileiros. In *Raça: novas perspectivas antropológicas*, organizado por Antonio O. Pinho e Livio Sansone. 2ª ed. Edufba.

Pierson, Donald. 1971. *Branços e pretos na Bahia (estudo de contato racial)*. Companhia Editora Nacional.

Prandi, Reginaldo. 2003. As religiões afro-brasileiras e seus seguidores. *Civitas* 3 (1): 15-34. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2003.1.108>.

Prandi, Reginaldo. 2013. As religiões afro-brasileiras em ascensão e declínio. In *Religiões em movimento: o censo de 2010*, organizado por Faustino Teixeira e Renata Menezes.Vozes.

Ramos, Giovanne. 2025. Adeptos a religiões afro-brasileiras triplicam no Brasil; negros são maioria. *Alma Preta*, 6 de junho de 2025. <https://tinyurl.com/2729fmr3>.

Reis, Leticia, e João M. Teixeira. 2021. Religiões e raça. *Religião e Sociedade* 41 (3): 11-23. <https://doi.org/10.1590/0100-85872021v41n3editorial>.

Rocha, José G. 1998. *Teologia e negritude: um estudo sobre os agentes de pastoral negros*. Gráfica Editora Pallotti.

Rodrigues, Raimundo N. 2006. *O animismo fetichista dos negros baianos*. Editora UFRJ.

Salvador, Raony. 2025. Brancos são maioria na religião que mais cresce no Brasil, segundo censo. *Revista Fórum*, 7 de junho de 2025. <https://tinyurl.com/3xhshe5v>.

Sanchis, Pierre. 1994. Pra não dizer que não falei de sincretismo. *Comunicações do ISER* 45: 4-11. <https://iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/comunicacoes-45.pdf>

Santos, Maria Goreth. 2014. Os limites do censo no campo religioso brasileiro. *Comunicações do Iser* 69: 18-33. <https://tinyurl.com/limit7k>.

Silva, Vagner Gonçalves. 2017. Religião e identidade cultural negra: afro-brasileiros, católicos e evangélicos. *Afro-Ásia* 56: 83-128. <https://doi.org/10.9771/1981-1411aa.v0i56.22524>.

Sousa, Augusto. 2025. Brancos são maioria em religiões afro e evangélicas têm mais negros, diz IBGE. *Diário do Centro do Mundo*, 6 de junho de 2025. <https://tinyurl.com/mt27zj5r>.

Teixeira, Faustino, e Renata Menezes, orgs. 2013. *Religiões em movimento: o censo de 2010*. Vozes.

Toledo, Malu. 2025. Religiões afro-brasileiras têm maioria branca, revela censo. *Metrópoles*, 6 de junho de 2025. <https://tinyurl.com/3euympzpb>

Edlaine de Campos Gomes

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professora titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Wania Mesquita

Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IUPERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professora adjunta do Laboratório de Estudo da Sociedade Civil e do Estado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campo dos Goytacazes, RJ, Brasil.

Renato Dirk

Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisa Social pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Endereço para correspondência

Rua Pinheiro Machado, 49/602
Laranjeiras, 22.231-090
Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Conflito de interesse

Não existe.

Dados de pesquisa

Não se aplica.

Como citar este artigo

Gomes, Edlaine Campos, Wania Mesquita e Renato Dirk. 2026. Notas preliminares sobre raça e religião nas Ciências Sociais e no Censo Brasileiro. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* 26(1):e-48487. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2026.48487>

Editor da revista

Fernanda Bittencourt Ribeiro
Teresa Cristina Schneider Marques

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.